


MONITOR

FEVEREIRO 2021



REPÓRTER
BRASIL

“FILE NO SUPERMERCADO, FLORESTA NO CHÃO”



Nova edição do Monitor, o boletim da Repórter Brasil que analisa cadeias produtivas, revela as conexões de supermercados com o desmatamento ilegal

MONITOR #9

EXPEDIENTE

EDITOR

Marcel Gomes

“Filé no supermercado, floresta no chão”

PESQUISA E TEXTO

André Campos (coordenação)

Piero Locatelli

PESQUISA DE CAMPO

Nataly Foschaches (coordenação)

Catarina Barbosa

Filipe Ferreira dos Santos

Mauricio Hashizume

Ronieldo de Carvalho

Suzilane Valente Freitas

Wallace Dutra

FOTOS

João Cesar Diaz (capa, p.05, p.10, p.15 e p.17)

Lilo Clareto (p.08)

Ac Moraes (p.13)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elaine Almeida

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Marília Ramos

ENDEREÇO

Rua Bruxelas, 169.

São Paulo - SP - Brasil

CEP 01259-020



**REPÓRTER
BRASIL**

CONTATOS



biobr@reporterbrasil.org.br



ONGReporterBrasil



@reporterb

(55 11) 2506-6570

(55 11) 2506-6562

(55 11) 2506-6576

(55 11) 2506-6574

A PECUÁRIA E O DESMATAMENTO

UMA DÉCADA DE COMPROMISSOS

A criação de bois é o principal vetor do desmatamento na Amazônia brasileira. Segundo os dados mais recentes do governo federal, 65% da área desmatada na Amazônia é ocupada por pastos.¹ Além disso, a atividade também contribuiu para a perda de cobertura florestal em outros biomas brasileiros, como o Cerrado e o Pantanal.

O impacto da pecuária sobre o meio ambiente reflete a expansão vertiginosa do rebanho bovino no Centro-Oeste e no Norte do país durante os últimos 40 anos. O número de bois e vacas pastando nos estados da Amazônia Legal se multiplicou por dez no período, passando de 8,4 milhões de cabeças em 1978 – então o equivalente a 8% do rebanho nacional – para 87 milhões em 2018. A região responde, hoje, por 41% dos bovinos do país.²

Diante desse cenário, os frigoríficos que compram gado na Amazônia são pressionados, há mais de 10 anos, a tomar medidas efetivas para combater o desmatamento em suas redes de fornecimento. Um dos marcos iniciais desse movimento ocorreu ainda em 2009, quando o Greenpeace lançou um relatório mostrando como diversas marcas globais compravam gado de áreas recentemente devastadas. A lista incluía grandes redes de supermercados presentes no Brasil³. Como resultado, Pão de Açúcar, Walmart e Carrefour anunciaram a suspensão da compra de produtos bovinos de 11 frigoríficos no estado do Pará.⁴

Pressionados por seus clientes, os três maiores frigoríficos do país – JBS, Marfrig e Minerva – assumiram um compromisso ambicioso: excluir de sua lista de fornecedores as fazendas

que desmataram a floresta amazônica após outubro de 2009. Também deveriam ser bloqueadas as compras das propriedades flagradas utilizando mão de obra análoga à escrava, ou, ainda, localizadas em terras indígenas e unidades de conservação.

O acordo não se restringia ao desmatamento ilegal. Os chamados “critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia” consideravam como excludentes qualquer atividade de desmatamento na área fornecedora, mesmo aquela com autorização legal emitida pelos órgãos ambientais.

Naquele mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciaram a assinatura de diversos acordos individuais (Termos de Ajustamento de Conduta) com frigoríficos da região. A iniciativa passou a ser conhecida como “TAC da Carne”.

Nestes acordos, os frigoríficos signatários se comprometem a somente comprar gado de fazendas sem registro de desmatamento ilegal após julho de 2008. Eles também devem bloquear o recebimento de animais oriundos de propriedades inseridas na “lista suja” do trabalho escravo – cadastro do governo federal que arrola os empregadores flagrados cometendo esse tipo de crime –, ou que estejam localizadas em Áreas Protegidas.⁵

O acordo foi aprimorado ao longo do tempo e, hoje, mais de 100 empresas são signatárias de TACs do gênero. Para alguns frigoríficos, o compromisso engloba toda a sua área de atuação na região amazônica. Outros, no entanto, comprometem-se formalmen-

te em seguir tais critérios em apenas alguns estados da região.⁶

Os principais supermercados do Brasil, por sua vez, adotaram políticas semelhantes às previstas no TAC da Carne para selecionar os abatedouros que abastecem as suas gôndolas. O Grupo Pão de Açúcar (GPA), por exemplo, estabelece que “fornecedores com pelo menos uma planta frigorífica no bioma Amazônico ou realizando compras de gado no bioma Amazônia devem se tornar, obrigatoriamente, usuários dos Protocolos do Projeto Boi na Linha (mais sobre o protocolo abaixo) e devem garantir que as fazendas estejam cumprindo os 12 critérios requeridos pelo mesmo no seu processo de compras de gado.”⁷

O Carrefour, em sua “política de compra sustentável de carne” específica que desmatamento, terras indígenas, unidades de conservação, áreas embargadas e trabalho escravo são “critérios operacionais” para o bloqueio de fornecedores na Amazônia.⁸ A multinacional de origem francesa também afirma que está trabalhando na incorporação de outros biomas à sua política de desmatamento.

Já o Grupo Big, herdeiro das lojas do Walmart no Brasil, diz que mantém, desde 2015, um “Sistema de Monitoramento e Gestão de Risco da Carne Bovina”. Controlado pelo fundo de investimentos Advent, ele afirma que, desde então, não vende “carne bovina que contribuam para o desmatamento da Amazônia e o trabalho escravo, nem que tenham origem em áreas embargadas, terras indígenas e unidades de conservação”. Em 2017, a rede de supermercados anunciou ter expandido o monitoramento também para o Cerrado⁹.

PROBLEMAS CONTINUAM

Apesar dos compromissos empresariais, a carne com origem em áreas desmatadas ainda acaba sendo incorporada às cadeias produtivas de grandes frigoríficos. Auditorias, fiscalizações governamentais, estudos e reportagens têm mostrado diversas falhas e limitações nestas políticas e acordos.

Uma operação do Ibama em 2017, por exemplo, mostrou que a JBS havia comprado gado de áreas desmatadas ilegalmente.¹⁰ Devido à operação, o Greenpeace suspendeu as negociações com a empresa no âmbito do compromisso que haviam assinado em 2009.¹¹

Além disso, as auditorias do MPF para monitorar a eficiência dos TACs têm mostrado problemas no cumprimento dos acordos. Apesar de uma performance melhor das empresas na última rodada de inspeções divulgada pelo órgão, foram identificadas 137 mil cabeças de gado (6,25% do total auditado) produzidas em áreas em desconformidade com as exigências do TAC.¹²

Os problemas não avaliados no monitoramento oficial do TAC são ainda maiores. O próprio MPF admite que suas auditorias não captam o desmatamento relacionado a dois problemas centrais: os fornecedores indiretos e a lavagem de gado.¹³

Inexistem no Brasil práticas corporativas consolidadas para rastrear os animais desde o nascimento. Grande parte dos bois passa por várias propriedades antes do abate, mas, mesmo assim, os acordos só dão conta das fazendas que vendem diretamente aos frigoríficos. Ignoram, dessa forma, os crimes ambientais associados aos seus fornecedores indiretos.

Por exemplo: grande parte dos animais criados em áreas embargadas por desmatamento são transferidos para a engorda final em propriedades “ficha limpa” – que realizam, por sua vez, a venda para os matadouros. Mas, em alguns casos, são transferências que ocorrem apenas no papel como forma de viabilizar a venda dos animais, mascarando a sua real origem. Esse tipo de prática fraudulenta é conhecida como lavagem de gado.

Estudos recentes de diferentes organizações da sociedade civil também apontam para falhas nos sistemas de monitoramento de grandes frigoríficos. Um dos mais recentes, publicado em dezembro de 2020, foi feito pela ONG internacional Global Witness. A organização afirma que, entre 2017 e 2019, a JBS comprou gado diretamente de 327 fazendas paraenses onde ocorreu desmatamento ilegal. A Marfrig teria comprado de 89 propriedades com o mesmo problema no período, e a Minerva, de 16.¹⁴

Outro estudo, também publicado em dezembro e realizado pela organização Chain Reaction Research, destacou os riscos financeiros de se investir nas três empresas por conta de sua exposição ao desmatamento – especialmente entre os fornecedores indiretos.¹⁵

Como reação às críticas sofridas ao longo de 2020, os maiores frigoríficos brasileiros fizeram anúncios visando contornar a falta de rastreabilidade para além dos fornecedores diretos. JBS e Marfrig anunciaram planos para monitorar toda a cadeia produtiva, do nascimento ao abate, respectivamente até 2025¹⁶ e 2030¹⁷. Já a Minerva também anunciou o

uso de um sistema para rastrear indiretos, chamado Visipec, que ainda se encontra em fase de teste.¹⁸

Anunciados com pompa e circunstância, tais compromissos não são exatamente novos. Já em 2009, nas negociações com o Greenpeace, os três grandes frigoríficos se comprometeram a, num prazo de dois anos, comprovar “de forma monitorável, verificável e reportável” que nenhum de seus fornecedores indiretos havia desmatado no bioma Amazônia após aquele ano¹⁹. Apesar da nova rodada de promessas, seguem faltando diretrizes concretas sobre como tais objetivos serão alcançados.

Com relação aos fornecedores indiretos, uma das principais novidades recentes foi lançamento do Protocolo Unificado de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia. Trata-se de uma cartilha de procedimentos do MPF, desenvolvida com o apoio técnico do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), para uniformizar a aplicação dos critérios para o bloqueio de fornecedores previstos nos TACs da Carne. O protocolo está em vigor desde julho de 2020, e deve ser seguido por todos os frigoríficos signatários.

Entre outras medidas, ele tenta criar mecanismos incipientes para coibir a lavagem de gado, especialmente através de um “índice teórico” de produtividade de animais por hectare.²⁰ Com base nele, os frigoríficos devem comparar informações fundiárias das fazendas fornecedoras com a quantidade de animais que o pecuarista tenta comercializar. A ideia é identificar potenciais fraudes onde a área de pastagem é insuficiente para criar a quantidade de animais negociados.



DAS FAZENDAS AOS SUPERMERCADOS

Apesar das diferentes iniciativas, os compromissos do setor privado seguem mostrando falhas em coibir o desmatamento. O problema afeta inclusive frigoríficos que abastecem os três grandes varejistas brasileiros – GPA, Carrefour e Big – comprometidos em eliminar o problema de suas cadeias de fornecimento.

Nesta investigação, a Repórter Brasil traz alguns exemplos desta realidade. Um dos casos, ligado ao frigorífico Frizam, mostra o desrespeito a um dos mais elementares princípios do acordo: a não aquisição de gado de fazendas que possuem áreas embargadas pelo Ibama.

Há, ainda, outras situações – envolvendo os frigoríficos JBS, Minerva e Masterboi – que mostram como fazendeiros conseguem facilmente driblar as restrições dos TACs através da manipulação de cadastros fundiários. São práticas bastante disseminadas na Amazônia Legal, mas que, ainda hoje, não encontram uma resposta adequada nas políticas de sustentabilidade das empresas compradoras de bovinos.

Por fim, permanecem as lacunas ligadas ao monitoramento dos fornecedores indiretos de animais – conforme um dos casos apresentados abaixo, associado à rede de abastecimento da Marfrig e da JBS – e à aplicação do “índice de produtivida-

de” criado para evitar a lavagem do gado – vide o exemplo em destaque, envolvendo um fornecedor do Mercúrio Alimentos e Mafrinorte.

Todos estes frigoríficos estão conectados a um ou mais dos três grandes varejistas brasileiros mencionados. Os casos serão descritos em detalhe abaixo.

FRIZAM

O FRIGORÍFICO

- Frizam (Agropam – Agricultura e Pecuária Amazonas S/A)

QUEM VENDE SEUS PRODUTOS

- Carrefour

PECUARISTA FORNECEDOR

- Marcos Carvalho Costa Junior

OS PROBLEMAS

Com fazendas em ao menos cinco estados brasileiros – Acre, Amazonas, Goiás, Tocantins e Rondônia

– o pecuarista é um dos recordistas nacionais em autuações do Ibama. Foi multado mais de 30 vezes ao longo dos últimos 25 anos. Os débitos, que somam aproximadamente R\$ 35 milhões, incluem infrações relacionadas ao desmatamento e a queimadas ilegais, assim como à manutenção de atividades agropecuárias em áreas embargadas.

A Fazenda Marmelo, em Lábrea (MA), é uma das propriedades foco de autuações. Em 2011, durante a Operação Disparada, fiscais do Ibama apreenderam milhares de “bois piratas” em seu perímetro. O Ibama já havia embargado, anos antes, pastagens desmatadas ilegalmente dentro da fazenda. Mesmo assim, o produtor permaneceu criando gado no local. A lei brasileira proíbe a manutenção de atividades agropecuárias em áreas embargadas para garantir, dessa forma, a regeneração da mata nativa.

Apesar de seguir possuindo áreas embargadas, a Fazenda Marmelo forneceu gado em diversas ocasiões para o frigorífico Frizam, localizado em Boca do Acre (AM), pelo menos até o ano de 2019. A planta de abate, por sua vez, abastece o supermercado Carrefour em Manaus (AM).

O Frizam é signatário do “TAC da Carne” desde 2014. O acordo, firmado entre dezenas de frigoríficos amazônicos e o Ministério Público

Federal (MPF), prevê uma série de medidas para combater crimes socioambientais na cadeia produtiva bovina. Entre elas está justamente a não aquisição de gado oriundo de fazendas que possuam áreas embargadas pelo Ibama.

O critério também faz parte das políticas de compra de carne do Carrefour – documento que norteia as práticas de sustentabilidade a serem adotadas por seus fornecedores.

Em 2020, o MPF chegou a acionar o fazendeiro na Justiça, obtendo uma liminar para impedir que ele explorasse pastagens embargadas em

Lábrea. Segundo o órgão, “a propriedade encontra-se em utilização, sem que tenham sido adotadas as medidas de regeneração”. O MPF também obteve o bloqueio de bens do pecuarista, bem como a suspensão de linhas de crédito ou benefícios fiscais a ele concedidos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



Relatório de Áreas Embargadas

Nome ou razão Social	CPF/CNPJ	Nº TAD	Série	Data	Area (ha)	UF	Município	Localização do Imóvel
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	159573	C	06/01/2011	34,8	GO	Porangatu	
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	159573	C	06/01/2011	34,8	GO	Porangatu	
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	757139	E	14/09/2017	52,67	AC	Epitaciolândia	BR 317 KM 35 - RAMAL DO PORTO RICO KM 3
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	555513	C	08/08/2009	21,7	RO	Porto Velho	BR 364, KM 3, LINHA 1, KM 07. COORD. S 09°35'50,6" W 65°41'52,7"
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	391830	C	25/04/2007	967,69	AM	Lábrea	BR-364, KM 42, RAMAL DO JEQUITIBÁ.
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	7496	C	08/02/2010	68	AC	Rio Branco	COORD. S 09°26'57" W 65°45'01"
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	362165	C	07/07/2011	19,546	AM	Manicoré	FAZENDA MARMELO-LABREA/AM S-09°27'49,7 E W-65°46'18,4.
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	362152	C	14/04/2011		AM	Lábrea	FAZENDA MARMELO-VISTA ALEGRE DO ABUNÃ-PORTO VELHO/RO. S-09°30'43,7 E W- 65°44'43,7.
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	7497	C	16/10/2008	432	RO	Porto Velho	FAZENDA NAÍME COORD. S 09°34'54" W 65°43'17"
MARCOS CARVALHO COSTA JUNIOR	31038760178	682192	E	15/04/2017	105,88	RO	Porto Velho	LINHA 1, KM 6, VISTA ALEGRE DO ABUNÃ, PORTO VELHO/RO
Marcos Carvalho Costa Junior	310.387.601-78	BH572ZUO		21/10/2019		AC	Senador Guiomard	

A extensa lista de embargos ambientais lavrados contra Marcos Carvalho Costa Junior

O FRIGORÍFICO

- Unidade da JBS em Confresa (MT)

QUEM VENDE PRODUTOS DO GRUPO JBS

- GPA (inclusive produtos marca própria)
- Carrefour
- Big (ex-Walmart)

PECUARISTAS FORNECEDORES

- Walter Samuel de Oliveira e Gilberto Gerlaco Lemos

OS PROBLEMAS

Maior frigorífico brasileiro, a JBS afirma adotar políticas para garantir o desmatamento zero em sua cadeia de fornecimento. Na Amazônia, entre os critérios anunciados está o bloqueio das compras oriundas de

fazendas com áreas embargadas, ou, ainda, que registrem qualquer tipo de desmatamento – legal ou ilegal – nos últimos 12 anos.

Mas há diversas formas para driblar estes filtros. Uma das mais simples e comuns está relacionada a um “truque” fundiário.

Donos de grandes áreas contíguas, muitos fazendeiros declaram estas propriedades de forma particionada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – registro público utilizado por frigoríficos para monitorar a legalidade ambiental dos fornecedores. Dessa forma, ao invés de uma única fazenda, a terra é convertida – ao menos no papel – em diversas fazendas menores, que fazem fronteira entre si.

Caso exista um embargo ou um registro de desmatamento ilegal em alguma delas, basta utilizar a área vizinha para fazer a negociação de gado com os frigoríficos.

A prática, é importante frisar, contraria a regulamentação do CAR, que determina ser necessário declarar as áreas contíguas – ou seja, que fazem limite uma com a outra – de um mesmo proprietário em apenas um cadastro.

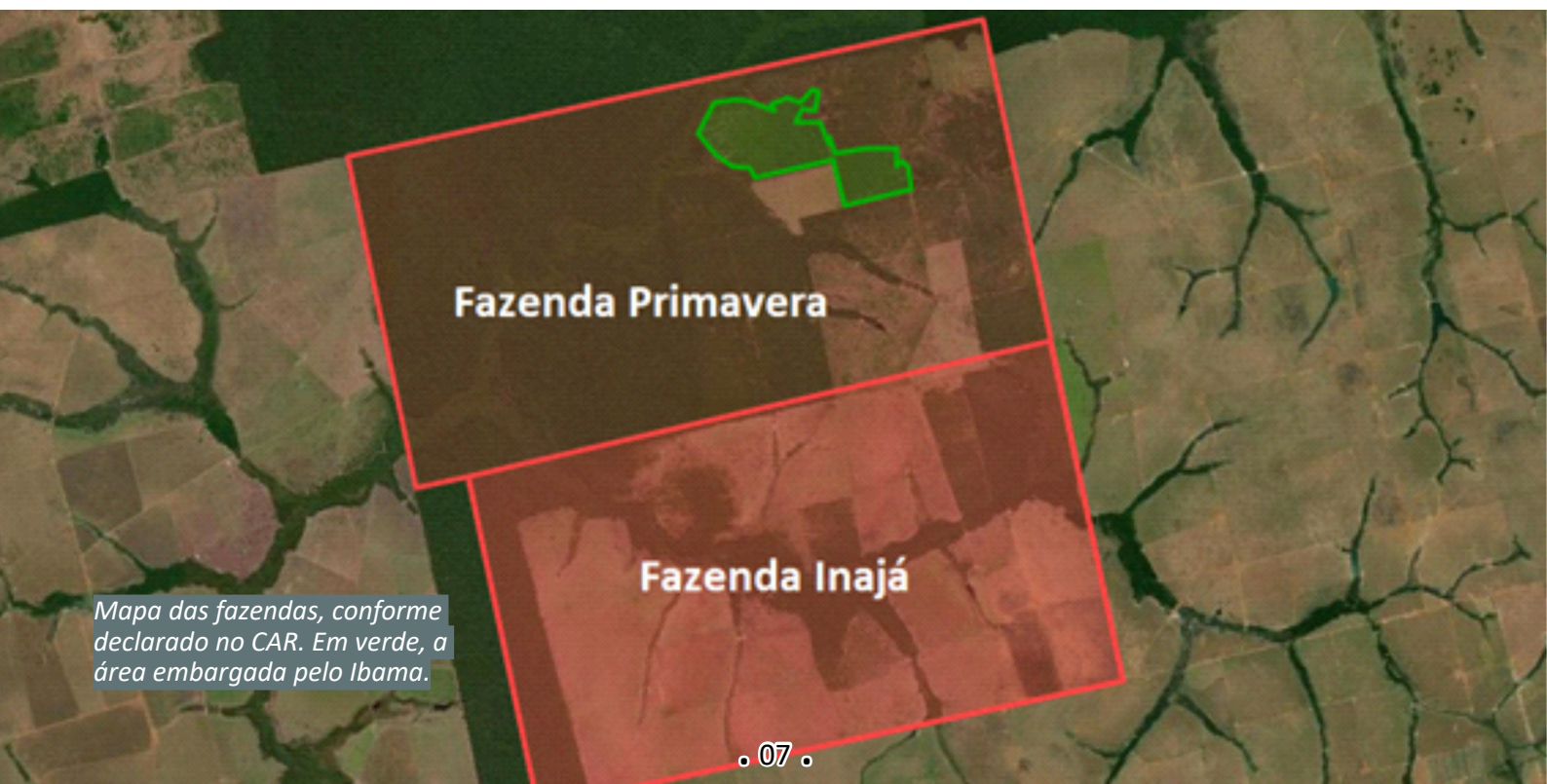
“Existem fraudes no CAR de todo tipo e um dos tipos é esse [o fracionamento dos registros]”, explica o

procurador do Ministério Público Federal (MPF) Daniel Avelino, em reportagem publicada pela Repórter Brasil em julho de 2020. Avelino é um dos idealizadores do TAC da Carne. “O CAR é declaratório, não tem verificação. Inicialmente, era responsabilidade do governo federal. Depois, passou para os estados, que também não fizeram. Como não tem validação, fica muito fácil praticar fraude”, completa.

Walter Samuel de Oliveira, produtor rural em São José do Xingu (MT), é um típico exemplo. Em agosto de 2015, ele foi multado em R\$ 615 mil por desmatar ilegalmente 142 hectares de floresta amazônica na Fazenda Primavera. Desde então, a área do desmate está embargada pelo órgão ambiental.

O pecuarista declara no CAR ser o proprietário de duas propriedades fronteiriças naquele município: a Fazenda Primavera – onde incide o embargo do Ibama – e a Fazenda Inajá. Esta última é fornecedora da JBS, tendo abastecido a unidade da empresa em Confresa (MT) em diversas ocasiões entre 2018 e 2020.

Documentos acessados pela Repórter Brasil comprovam inclusive o trânsito de animais da Fazenda Primavera para a Fazenda Inajá antes da venda de gado para o abate.



Mapa das fazendas, conforme declarado no CAR. Em verde, a área embargada pelo Ibama.

Situação semelhante ocorre com outro pecuarista que abastece esta mesma unidade da JBS. Ao longo dos últimos três anos, Gilberto Gerlaco Lemos vendeu gado diversas vezes para o abatedouro da empresa em Confresa. Eles foram registrados como sendo oriundos da Fazenda Aurora, localizada em Vila Rica (MT) – município que faz divisa com o Pará.

A propriedade não possui áreas embargadas ou registros de desmatamento recente. No entanto, ela é

contígua a três outras propriedades do mesmo dono – as fazendas União, Fazenda Vale dos Sonhos e Fazenda Três Corações –, que foram declaradas separadamente no CAR.

Imagens de satélite do sistema Prodes/INPE indicam diversos pontos de desmatamento, entre 2012 e 2017, no perímetro abarcado pelas fazendas União, Vale dos Sonhos e Três Corações.

Além disso, a área foi objeto de atuação e embargo do Ibama em

2016, após a constatação de um desmate ilegal de 180 hectares de floresta amazônica.

Também neste caso, documentos acessados pela Repórter Brasil confirmam que a Fazenda Aurora, fornecedora de animais para o abate, recebe animais que pastam na área contígua, onde ocorreu o desmatamento ilícito.



Mapa das fazendas, conforme declarado no CAR. Em verde, a área embargada pelo Ibama.

Maior fabricante de carne bovina do país, o grupo JBS é o dono da Friboi, entre outras marcas de carne de destaque no mercado nacional. A empresa abastece os maiores supermercados brasileiros, incluindo líderes de mercado como os grupos GPA, Carrefour e Big. Em pesquisas realizadas nos supermercados ao longo de 2020, a Repórter Brasil identificou a venda de carne abatida no matadouro de Confresa em lojas do Pão de Açúcar (grupo GPA) e do Atacadão (grupo Carrefour).

A planta inclusive fabrica produtos da marca Qualitá, a principal marca própria de alimentos do grupo GPA. Durante o segundo semestre de 2020, a Repórter Brasil localizou fraldinha da marca Qualitá, fabricada pela JBS em Confresa, sendo vendida em lojas do Pão de Açúcar.

MINERVA E MASTERBOI

OS FRIGORÍFICOS

- Unidades do Minerva em Araguaína (TO) e do Masterboi em Nova Olinda (TO)

QUEM VENDE SEUS PRODUTOS

- GPA
- Carrefour
- Big

PECUARISTA FORNECEDOR

- Antônio Aime Comar

OS PROBLEMAS

A declaração particionada de fazendas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que ajuda a driblar restrições para a comercialização de gado, é hoje realidade disseminada em várias regiões da Amazônia Legal. Além da JBS (ver caso anterior), a prática afeta também a cadeia de fornecimento de outros frigoríficos comprometidos em bloquear compras de propriedades com desmatamento ilegal.

O Minerva é mais um exemplo. Em diversas ocasiões, ao longo dos últimos três anos, a empresa recebeu animais fornecidos pelo pecua-

rista Antônio Aime Comar, que controla uma grande área de pastagens no município tocantinense de Pau D'Arco. Dentro do seu perímetro, encontram-se 80 hectares originalmente cobertos por floresta amazônica e que se encontram embargados pelo Ibama desde 2008. O órgão identificou o desmatamento irregular da vegetação nativa no local.

O embargo está inserido em uma área – a Fazenda Ângelo – declarada separadamente do CAR. Ela faz fronteira com outras propriedades do produtor na região, estas sim declaradas em conjunto no cadastro. As transferências de animais para o frigorífico foram registradas como oriundas da Fazenda Palmares, incluída no CAR “limpo”, sem registro de restrições socioambientais.

O Masterboi, também signatário do TAC da Carne, é igualmente abastecido pela Fazenda Palmares. Sua unidade de abate em Nova Olinda (TO) recebeu gado oriundo da propriedade em diferentes ocasiões ao longo de 2020.



Mapa das fazendas, conforme declarado no CAR. Em verde, a área embargada pelo Ibama

Ambas as plantas de abate são fornecedoras de importantes grupos varejistas. Durante pesquisas em supermercados realizadas em 2019 e 2020, a Repórter Brasil identificou a venda de carnes do Minerva de Araguaína, assim como do Masterboi de Nova Olinda, em lojas do supermercado Extra e do atacadista Assaí – bandeiras do grupo GPA. Também encontrou produtos da planta do Masterboi em Nova Olinda (TO) no Hiper Bompreço, pertencente ao grupo Big. Além disso, os grupos Minerva e Masterboi também são fornecedores do Carrefour.

Além das infrações ambientais, Antônio Aime Comar já foi alvo de uma fiscalização trabalhista que identificou trabalhadores em condições análogas à escravidão em suas pastagens de Pau D'Arco. O caso ocorreu na Fazenda Vale do Jenipapo, onde foram resgatados 16 trabalhadores em 2004.

JBS E MARFRIG OS FRIGORÍFICOS

- Unidades de abate da JBS e Marfrig em Pontes e Lacerda (MT)

QUEM VENDE SEUS PRODUTOS

- GPA
- Carrefour
- Big

PECUARISTA FORNECEDOR

- Silvano dos Santos

OS PROBLEMAS

Trata-se de outro pecuarista mato-grossense com área embargada pelo Ibama. Ele é fornecedor dos dois maiores frigoríficos brasileiros – JBS e Marfrig.

Em maio de 2018, o produtor foi autuado em R\$ 211,5 mil por apresentar informações falsas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Segundo a fiscalização do Ibama, ele desmatou ilegalmente uma área de Cerrado de 605 hectares na Fazenda Palmeiras do Guaporé, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). O desmatamento teria ocorrido após julho de 2008.

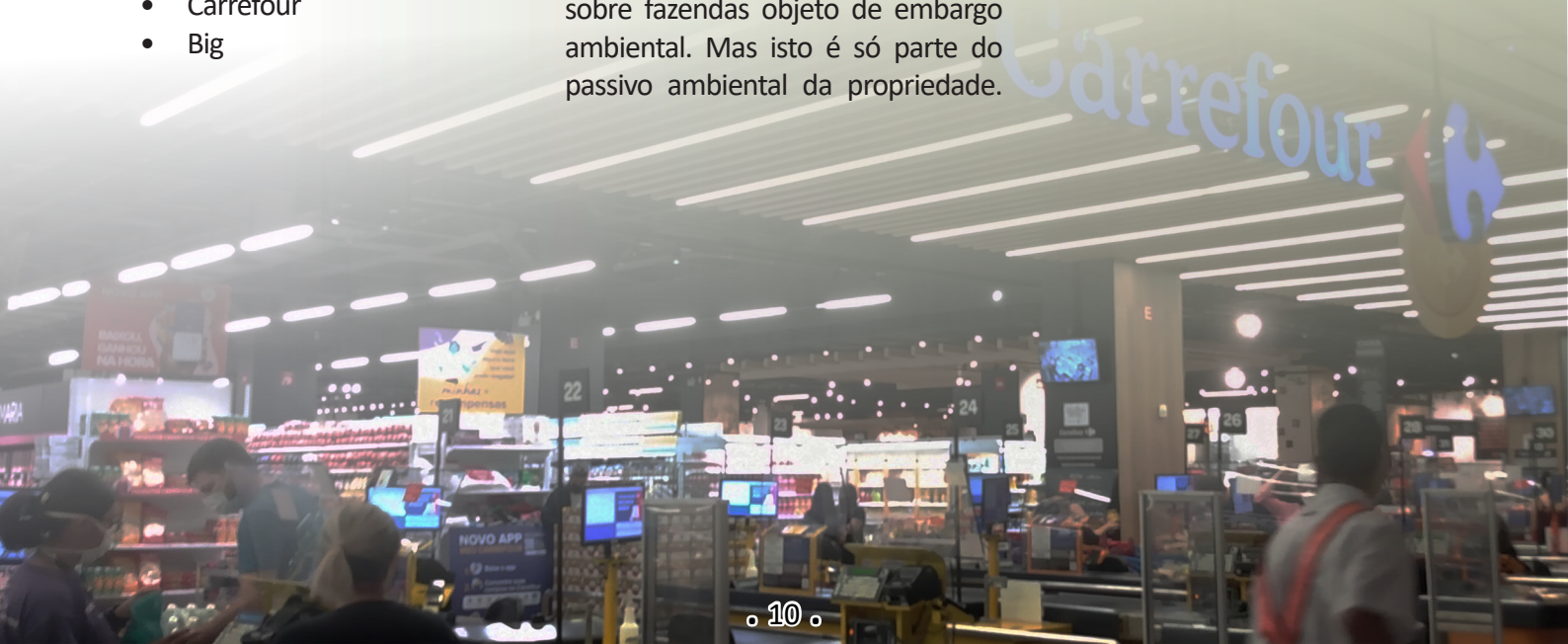
Mesmo assim, o perímetro, segundo o órgão ambiental, foi declarado no CAR como área consolidada. De acordo com o Código Florestal brasileiro, áreas consolidadas são aquelas onde a vegetação nativa foi suprimida antes de julho de 2008. A legislação concede anistia aos desmatamentos ilegais ocorridos nestes locais até esta data. Além disso, garante regras mais brandas para a sua recomposição florestal.

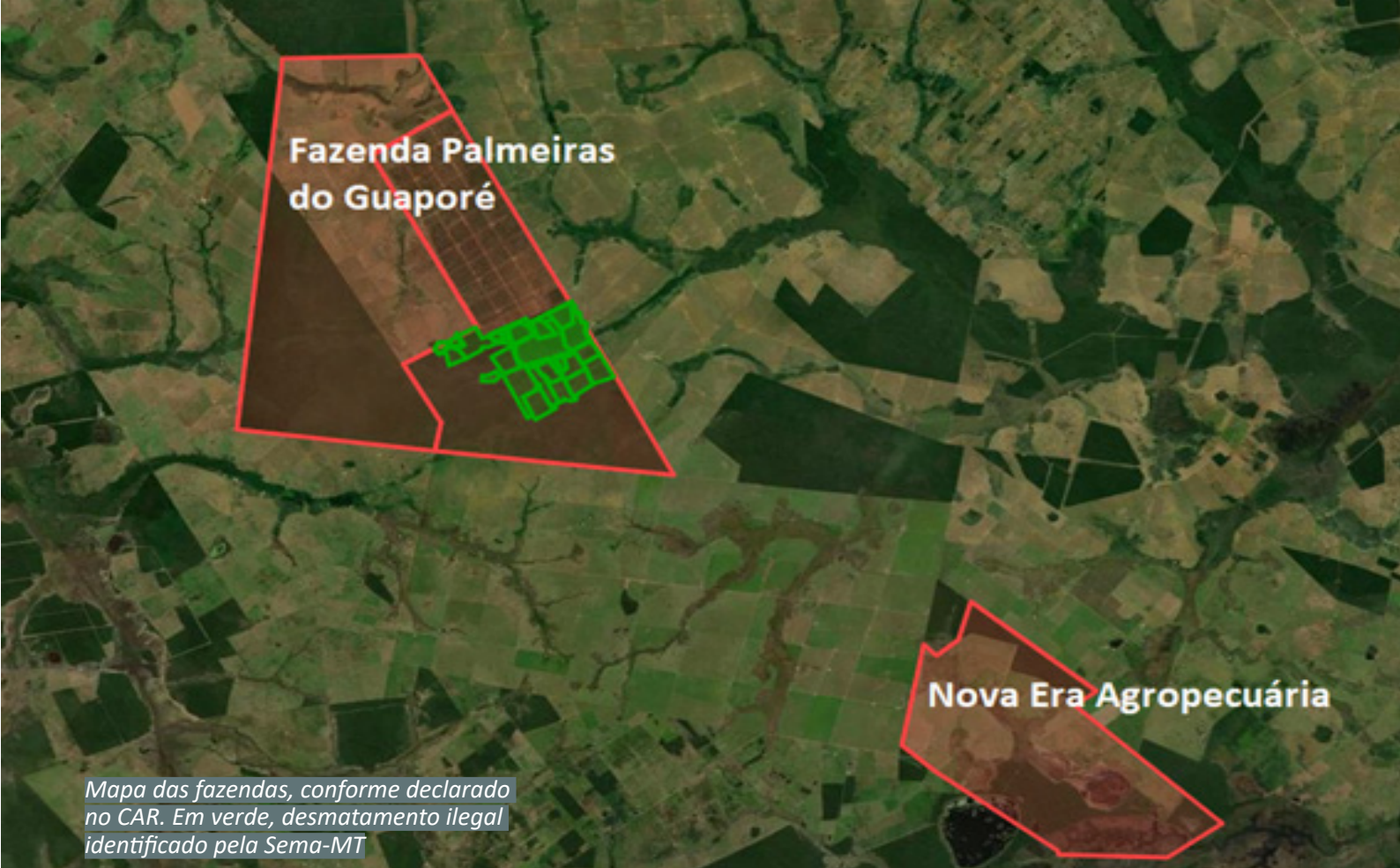
Por conta da fiscalização, a Fazenda Palmeiras do Guaporé foi inserida, em outubro de 2019, na lista pública do Ibama que divulga dados sobre fazendas objeto de embargo ambiental. Mas isto é só parte do passivo ambiental da propriedade.

Mais recentemente, em junho de 2020, Silvano dos Santos foi autuado novamente, desta vez pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente no Mato Grosso (Sema-MT). O órgão identificou o desmate ilegal recente de uma outra parte propriedade, superior a 500 hectares. O desmatamento, segundo imagens de satélite, teria ocorrido entre os anos de 2019 e 2020.

As áreas de pastagem pertencentes a Silvano dos Santos naquele município não se limitam à Fazenda Palmeiras do Guaporé. Lá ele também é o dono da Nova Era Agropecuária, uma propriedade próxima localizada a cerca de dez quilômetros da fazenda autuada. É a partir desse local, para onde a Fazenda Palmeiras do Guaporé encaminha animais para engorda, que Silvano de Souza registra a venda do gado encaminhado aos frigoríficos.

Ao longo dos últimos dois anos, há diversos registros de abates de bois oriundos da Nova Era Agropecuária em unidades da JBS e Marfrig em Pontes e Lacerda (MT). Parte deles ocorreu inclusive durante o segundo semestre de 2020. A Repórter Brasil teve acesso a documentos que comprovam o trânsito de animais da Fazenda Palmeiras do Guaporé para a Nova Era Agropecuária após a inserção da primeira na lista de áreas embargadas do Ibama.





Mapa das fazendas, conforme declarado no CAR. Em verde, desmatamento ilegal identificado pela Sema-MT

MERCÚRIO ALIMENTOS E MAFRINORTE

OS FRIGORÍFICOS

- Unidades do Mercúrio Alimentos e do Mafrinorte (Ativo Alimentos Exp. e Imp. Eireli) em Castanhal (PA)

QUEM VENDE SEUS PRODUTOS

- GPA
- Carrefour

PECUARISTA FORNECEDOR

- Wendell Barbosa Reis

OS PROBLEMAS

Entre julho e outubro de 2020, o frigorífico Mercúrio Alimentos adquiriu ao menos 370 cabeças de gado do pecuarista. Os animais foram registrados, em documentos aos quais a Repórter Brasil teve acesso, como sendo oriundos da Fazenda 4 Irmãos, localizada em Pacajá (PA).

Mas um detalhe chama a atenção. De acordo com informações apresentadas pelo próprio fazendeiro no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Fazenda 4 Irmãos possui “apenas” 100 hectares, dos quais uma boa parte – aproximadamente 30% – ainda está coberta por mata nativa preservada.

Isso significa que a quantidade de animais vendidos ao Mercúrio Ali-

mentos parece ser incompatível com a área disponível para o pastoreio do gado. A situação gera suspeitas de que os animais podem, na verdade, ter origem em outro lugar.

Desde 1º de julho de 2020, está em vigor o Protocolo Unificado de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia, desenvolvido pelo Ministério Público Federal (MPF) em conjunto com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Ele traz regras unificadas a serem seguidas pelos frigoríficos signatários do TAC da Carne – entre eles o Mercúrio Alimentos – visando o cumprimento do acordo.

Uma das medidas é justamente a implementação de um “índice de produtividade” para as fazendas fornecedoras. Segundo o protocolo, os

frigoríficos devem bloquear as compras de propriedades encaminhem para o abate mais do que três cabeças de gado por hectare ao ano. O objetivo é justamente evitar fraudes relacionadas à chamada lavagem de gado – quando o pecuarista utiliza uma fazenda “limpa” como fachada para realizar a venda de animais que,

na verdade, são oriundos de fazendas com irregularidades.

Trata-se de um índice bastante generoso, visto que a produtividade média da pecuária no Pará, segundo o último Censo Agropecuário, não ultrapassa 1,2 cabeças por hectare. Mesmo assim, as vendas de gado da Fazenda 4 Irmãos são muito superiores a esse limite. Também em

2020, ao longo do primeiro semestre, a propriedade encaminhou ao menos 160 animais para o frigorífico Mafrinorte, outro signatário do TAC. Ou seja: contabilizando-se apenas as vendas para os dois frigoríficos ao longo do ano passado, a produtividade da fazenda seria de, no mínimo, 7,6 cabeças por hectare.



Fazenda 4 Irmãos

Mapa de propriedade, de acordo com a base de dados do CAR

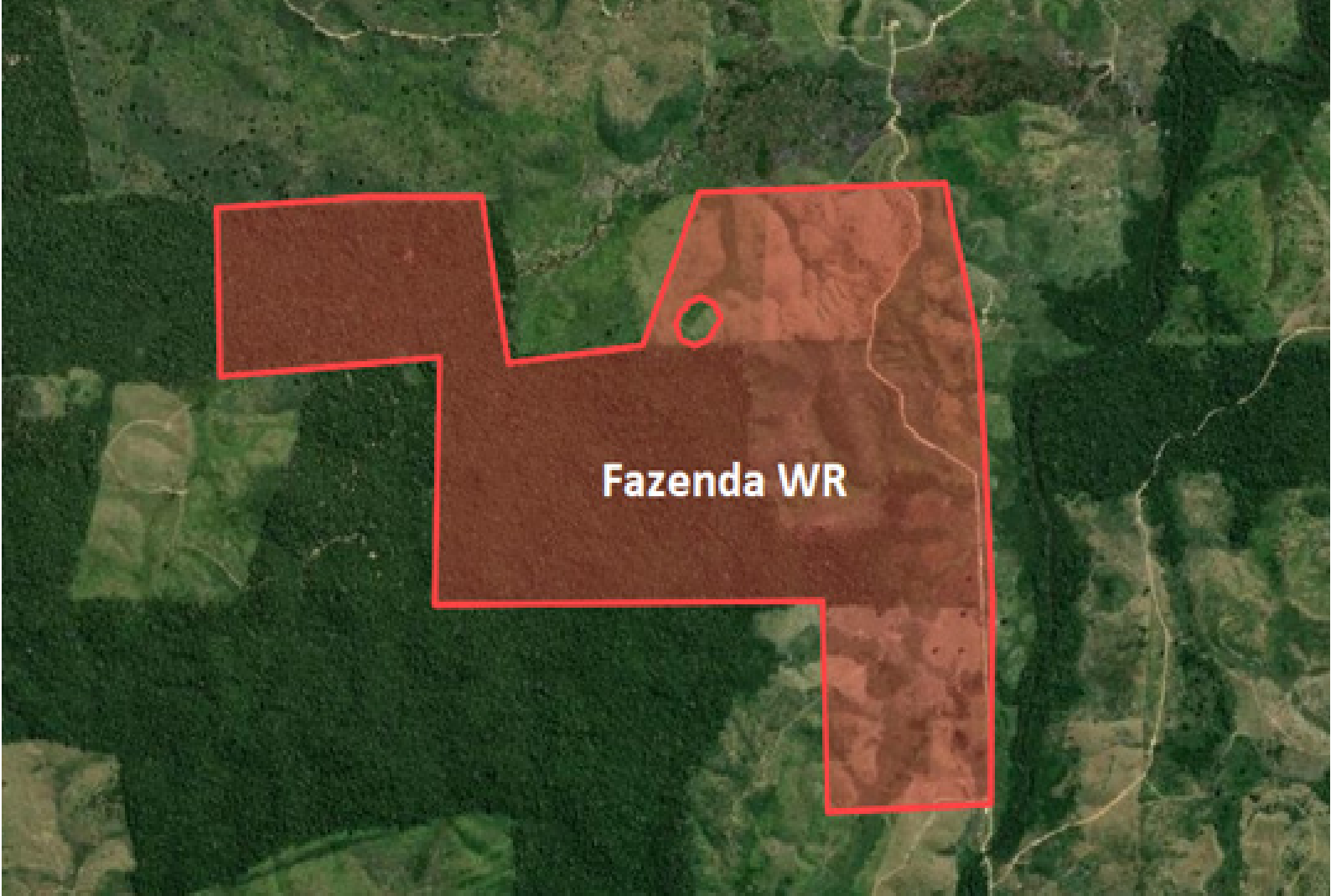
Além da Fazenda 4 Irmãos, Wendell Barbosa Reis possui outra propriedade rural, quase sete vezes maior: a Fazenda WR, também localizada em Pacajá (PA). Sobre esta última incide um embargo do Ibama – o que a torna inapta para o fornecimento de gado aos frigoríficos signatários do TAC da Carne.

A Fazenda WR já foi alvo de três autuações do órgão federal, que gera-

ram multas de R\$ 8,8 milhões ao seu proprietário. Em 2010, a fiscalização identificou o desmatamento ilegal de 191 hectares dentro do seu perímetro. Três anos depois, o pecuarista foi multado novamente por impedir a regeneração da mata nativa em uma porção de 144 hectares da fazenda afetada pelo desmate irregular. Mais recentemente, em dezembro de 2020, o Ibama flagrou novamente

atividades criminosas no local – desta vez, queimadas em áreas de floresta protegidas pela legislação.

Além das autuações ambientais, a Fazenda WR também possui restrições fundiárias. Ela está parcialmente inserida dentro do Assentamento Rio Arataú.



As plantas do Mercúrio Alimentos e do Mafrinorte em Castanhal (PA), que adquiriram animais de Wendell Barbosa Reis, abastecem varejistas líderes de mercado. Car-

nes das marcas Mafripar e Quality Beef, pertencentes ao Mercúrio, podem ser encontradas em lojas das redes Pão de Açúcar e Assaí (grupo GPA). Os produtos do Mafrinorte,

por sua vez, são vendidos em unidades do Atacadão, rede atacadista do grupo Carrefour.



OUTRO LADO

Os frigoríficos, supermercados e pecuaristas mencionados neste relatório foram procurados pela Repórter Brasil. Segue abaixo um resumo dos seus posicionamentos. A íntegra das respostas pode ser acessada no link: <https://reporterbrasil.org.br/2021/02/integra-das-respostas-de-relatorio-sobre-pecuaria-e-varejo/>

FRIGORÍFICOS

JBS

Questionada sobre quais são as suas políticas para monitorar áreas de pastagem contíguas, pertencentes a um mesmo dono, mas declaradas de forma particionada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a JBS não respondeu diretamente à pergunta. afirmou, no entanto, que “as propriedades mencionadas, que comercializam animais diretamente com a JBS, estão em conformidade com a Política de Compra Responsável da empresa e com o Protocolo de Monitoramento de Fornecedores do MPF.”

A JBS afirma que “em relação à transferência de animais de propriedades com embargo para outras aptas, um dos critérios definidos pelo protocolo do MPF é o índice teórico de produtividade da pecuária.” Segundo a JBS, “nenhuma das propriedades fornecedoras diretas de bovinos apontadas pela Repórter Brasil atingiu o teto do índice de produtividade, estando, portanto, dentro do estabelecido como conformidade pelo protocolo. No momento da compra dos animais pela JBS, todas as fazendas seguiam a Política de Compra Responsável da Companhia, que, por sua vez, segue os mesmos critérios do protocolo do MPF.”

MARFRIG

A empresa afirmou que, “com relação às fazendas citadas, apenas a Nova Era Agropecuária é uma fornecedora homologada junto à Marfrig, sendo que a mesma não apresentou qualquer inconsistência nas últimas compras de gado – tendo cumprido, assim, todos os protocolos e requerimentos socioambientais previstos nas nossas políticas de fornecimento.”

A empresa afirmou ainda que está trabalhando para conseguir a rastreabilidade total da sua cadeia produtiva prometida para 2030 através de medidas como o desenvolvimento do protocolo unificado de compra de gado em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), e da elaboração do Mapa de Risco de Mitigação de Fornecedores Indiretos, em colaboração com a Agroicone. Também afirma que mantém um projeto piloto para adoção da ferramenta Visipec, voltada ao monitoramento dos fornecedores indiretos.

MINERVA

A empresa afirmou que o perímetro da Fazenda Palmares está localizado a uma distância de 2,64 km da área embargada – localizada em outra propriedade. “Em relação às fazendas contíguas, ressaltamos que as matrículas relacionadas no CAR sempre são confirmadas a partir da base do SIGEF – INCRA pela Nice Planet, onde os limites e a posse são confirmados e confrontados de acordo com o CAR, sendo assim, comprovamos que a área da propriedade não sobrepõe o polígono de embargo do IBAMA.”

Segundo a Minerva, as suas compras “no Bioma Amazônia são 100% feitas em fazendas monitoradas, por

meio de mapas georreferenciados, o que assegura que todos os fornecedores estejam de acordo com rigorosos critérios socioambientais.”

MASTERBOI

Com relação à fazenda Palmares, a empresa afirma que “o polígono detectado está localizado a uma distância de 2,64 Km da propriedade” e que “as informações oficiais constantes nos atributos do vetor geográfico oficial relacionado ao embargo não fazem referência à propriedade em análise.” A empresa não se pronunciou a respeito de transferências da Fazenda Ângelo, onde incide o embargo e que é contígua a outras propriedades do mesmo produtor na região.

“A Masterboi Ltda apoia que qualquer indício de irregularidade individual ou nas fazendas devem ser denunciadas às autoridades competentes para tratamento devido, reafirmando nosso compromisso com a pecuária sustentável,” diz a nota enviada à Repórter Brasil.

MERCÚRIO ALIMENTOS

A empresa afirma que “a Fazenda 4 Irmãos foi “bloqueada” para fornecimento de bovinos quando foi detectado que o índice de produtividade de 3 cabeças/ha/ano, determinado no novo protocolo, havia sido ultrapassado. A demora na tomada de decisão foi ocasionada pelo número de fornecedores cadastrados na base do Mercúrio Alimentos (mais de 2800 fazendas fornecedoras liberadas), que precisaram ser analisadas individualmente para cálculo do percentual do índice de produtividade já atingido, considerando ainda as providências que foram to-

madas para aqueles que apresentaram prova de alta produtividade em suas fazendas.”

Segundo a empresa, “atualmente o sistema de cálculo do índice de produtividade já foi automatizado e todos os cálculos e atualizações de status necessários para cumprimento do critério são realizados após cada aquisição de animais”.

SUPERMERCADOS

CARREFOUR

A rede de supermercados não comentou cada um dos casos específicos, mas afirmou que intensificou o processo de análise das fazendas citadas para verificar se houve compra de mercadorias no período mencionado. O Carrefour ressaltou ainda que “as fazendas que abastecem os frigoríficos da cadeia de fornecimento do grupo devem respeitar a legislação ambiental e atender às exigências estabelecidas pela política da empresa e, quando inconformidades são identificadas, o fornecedor é bloqueado até adotar medidas corretivas. Em 2020, alguns frigoríficos fornecedores do grupo foram notificados quanto a irregularidades e suspensos provisoriamente.”

A empresa diz que lidera o engajamento de “pequenos, médios e grandes frigoríficos” em relação ao problema. “Em 2020, a companhia criou um comitê focado em pecuária, que envolve a área comercial e de sustentabilidade, com acompanhamento da cúpula executiva. Este grupo se reúne semanalmente e mantém contato constante com os frigoríficos de pequeno, médio e grande porte, avaliando-os individualmente e atuando em cada situação de compra, com uma análise mensal dos resultados. A companhia também já promoveu agendas com os CEOs dos maiores frigoríficos e uma aproximação executiva, em reu-

niões e por cartas, com esses parceiros comerciais, buscando evoluir em um plano de ação conjunto.”

BIG

A assessoria de imprensa do grupo enviou nota à Repórter Brasil onde afirma que “o Grupo Big possui um Sistema de Monitoramento e Gestão de Risco da Carne Bovina que garante que os produtos adquiridos e comercializados pela empresa não tenham envolvimento com trabalho escravo, desmatamento da Amazônia, ou que tenham origem em áreas embargadas, terras indígenas e unidades de conservação. Adicionalmente, a empresa também mantém outros programas e sistemas de auditoria e de monitoramento que atestam o cumprimento integral das legislações social e ambiental e dos seus Código de Ética e de Compliance. Entre as ações, vale informar a parceria com a ONG NWF e a participação da empresa no projeto Boi na Linha.”

GPA

O grupo GPA informa que a sua Política Socioambiental de Compras de Carne Bovina, estabelecida em 2016, foi atualizada em 2020 com a inclusão dos critérios do protocolo Boi na Linha – liderado pela ONG Imaflores e aprovado pelo MPF. “Todos os atuais fornecedores do GPA só são autorizados a abastecer as unidades de negócios se estiverem aplicando integralmente o protocolo unificado para todos os lotes de compra do Grupo e se os mesmos tiverem suas fazendas em conformidade com os critérios”. Segundo o GPA, a análise de geomonitoramento dos fornecedores é auditada pelo varejista.

A companhia afirmou ainda ter iniciado “uma parceria no ano passado com a ONG NWF para uso da

ferramenta Visipec para complementar o trabalho de rastreabilidade e iniciar um processo de análise de risco e priorização sobre monitoramento de indiretos.” Segundo o grupo, “existem desafios e oportunidades que precisam ser solucionados a partir de evoluções estruturantes que envolvem todos os elos da cadeia, inclusive evoluções regulatórias e tecnológicas.”

NÃO RESPONDERAM

Os frigoríficos Frizam e Mafri-norte foram procurados e não responderam aos questionamentos enviados. A Repórter Brasil também buscou contato com os pecuaristas citados no relatório através de telefones e e-mails, deles e de suas empresas. No entanto, não foram encaminhadas respostas aos pedidos de esclarecimento. Não foram localizados contatos do pecuarista Antônio Aimê Comar.

NOTAS

- 1 INPE, Projeto Terra Class 2014: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php
- 2 IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>
- 3 Greenpeace, A Farra do Boi na Amazônia: <http://greenpeace.org.br/gado/farradoboinaamazonia.pdf>
- 4 Greenpeace, Relatório Anual 2009: https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateles-s/2018/10/86a491a4-relatorio_anual_greenpeace_2009.pdf
- 5 Imazon, Os frigoríficos vão Ajudar a Zerar o Desmatamento da Amazônia?: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>
- 6 Imaflora, Boi na Linha – Transparência: <https://www.boinalinha.org/transparencia>
- 7 GPA, Política Socioambiental De Compras De Carne Bovina: <http://www.gpari.com.br/wp-content/uploads/sites/108/2020/09/Politica-de-Compras-de-Carne-Bovina-PT.pdf>
- 8 Carrefour, Política de Compra Sustentável de Carne: <https://static.carrefour.com.br/imagens/agro/compra-de-carne.pdf>
- 9 Big, Pecuária Sustentável: <https://www.big.com.br/responsabilidade-corporativa/sustentabilidade/pecuaria>
- 10 Repórter Brasil, JBS compra gado de áreas desmatadas ilegalmente e leva multa de R\$ 24 milhões: <https://reporterbrasil.org.br/2017/03/jbs-compra-gado-de-areas-desmatadas-ilegalmente-e-leva-multa-de-r24-milhoes/>
- 11 Greenpeace, Carne Fria: Greenpeace suspende negociações com JBS: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/carne-fria-greenpeace-suspende-negociacoes-com-jbs/>
- 12 MPF, Frigoríficos melhoram índices de compra de gado com origem legal no Pará, e MPF pede cerco a fraudes de produtores ilegais: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/frigorificos-melhoram-indices-de-compra-de-gado-com-origem-legal-no-para-e-mpf-pede-cerco-a-fraudes-de-produtores-ilegais>
- 13 Repórter Brasil, Compradores de gado na Amazônia não podem dizer que adquirem carne livre de desmatamento, diz MPF: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/compradores-de-gado-na-amazonia-nao-podem-dizer-que-adquirem-carne-livre-de-desmatamento-diz-mpf%EF%BB%BF/>
- 14 Global Witness, Nova investigação da Global Witness revela a extensão do desmatamento ilegal ligado à JBS, Marfrig e Minerva, possibilitado pelos bancos e auditores internacionais: <https://www.globalwitness.org/major-global-banks-complicit-widespread-destruction-amazon-rainforest-linked-brazilian-beef-companies-and-international-audits-flawed-pt/>
- 15 Chain Reaction Research, JBS, Marfrig, and Minerva: Material Financial Risk from Deforestation in Beef Supply Chains: <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/12/JBS-Marfrig-and-Minerva-Material-financial-risk-from-deforestation-in-beef-supply-chains-1.pdf>
- 16 JBS, Juntos pela Amazônia: <https://jbs.com.br/juntospelaamazonia/iniciativas/plataforma-verde/>

17 Marfrig, Plano Marfrig Verde +: <https://www.marfrig.com.br/sustentabilidade/plano-marfrig-verde>

18 Minerva, Relatório de Resultados (nov/2020): http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=B6D51001-8E3A-43FF-A69F-D16D39417432

19 Greenpeace, Critérios Mínimos Para Operações Com Gado E Produtos Bovinos Em Escala Industrial No Bioma Amazônia: <https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2018/07/criterios-m-nimos-para-opera-2.pdf>

20 MPF e Imafloira, Protocolo De Monitoramento De Fornecedores De Gado Da Amazônia: https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597414420-protocolo_de_monitoramento_fornecedores_gado.pdf

